ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referenciação, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual. 5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo. 6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, sinais de pontuação e relações de coordenação entre orações e termos da oração. 7. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 8. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação. 9. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal e colocação pronominal. 10. Figuras de linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas. 2. Números decimais e fracionários: operações e aplicações. 3. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). 4. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta. 5. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos. 6. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus. 7. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações). 8. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas. 9. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera). 10. Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras. 11. Análise combinatória simples e noções de probabilidade. 12. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos. 13. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas.

3. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração Pública na Constituição Federal de 1988 (arts. 37 a 41): princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência); concurso público; acumulação de cargos; estabilidade e estágio probatório. 2. Noções de organização da Administração Pública: Administração Direta e Indireta; agentes públicos e servidores públicos. 3. Noções de atos administrativos: conceito, requisitos e formas de extinção (anulação e revogação). 4. Responsabilidade civil do Estado (Constituição Federal de 1988, art. 37, § 6º). 5. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 27/2012 e alterações): direitos, deveres, proibições e penalidades. 6. Processo administrativo no Município de Anchieta/ES (Lei Municipal nº 1.561/2022): direitos e deveres do administrado, prazos e recursos. 7. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações): atos de improbidade e sanções. 8. Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011): transparência e pedido de acesso à informação. 9. Proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): conceitos básicos, princípios e direitos do titular dos dados.

Legislação de referência:

1. Constituição Federal de 1988, arts. 37 a 41 (Administração Pública e servidores públicos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei Complementar Municipal nº 27/2012 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES: https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C272012.html
3. Lei Municipal nº 1.561/2022 – Processo Administrativo no Município de Anchieta/ES: https://anchieta.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L15612022.pdf
4. Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm
5. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
6. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

4. CONHECIMENTOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA (ART.30-A da Lei Municipal 1.045/2015)

1. História local: origem e formação do município, colonização italiana, emancipação política e divisão administrativa (distritos de Anchieta, Jabaquara e Alto Pongal). 2. Geografia local: localização, limites e aspectos físicos do território; organização político-administrativa; aspectos populacionais e ambientais. 3. Política local: organização dos Poderes Executivo e Legislativo; Lei Orgânica do Município; estrutura administrativa da Prefeitura e da Câmara Municipal; Plano Diretor e participação social. 4. Economia local: principais atividades econômicas (mineração, turismo, pesca, agricultura e pecuária); arrecadação municipal; indicadores socioeconômicos do município.

5. CONHECIMENTOS GERAIS (*conhecimento básico)*

1. Noções de cidadania e formação para a vida em sociedade. 2. Noções básicas sobre democracia e participação social. 3. Costumes e tradições brasileiras. 4. Atualidades: conhecimentos relevantes do cenário cultural, político, econômico e social do Brasil e do mundo, amplamente divulgados nos últimos dois anos pelos meios de comunicação.

6. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

6.1. FISCAL DO MEIO AMBIENTE

1. Meio ambiente na Constituição Federal de 1988 (art. 225); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): princípios, objetivos, Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e instrumentos. 2. Competências ambientais da União, dos Estados e dos Municípios (Lei Complementar nº 140/2011); licenciamento ambiental (Lei nº 15.190/2025): tipos de licença, condicionantes e autorizações ambientais. 3. Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 26/2012). 4. Fiscalização ambiental e infrações administrativas (Decreto nº 6.514/2008): poder de polícia ambiental; auto de infração; sanções (advertência, multa, apreensão e embargo); processo administrativo ambiental. 5. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998): crimes contra a fauna, a flora e o ordenamento urbano; poluição; maus-tratos a animais. 6. Proteção da vegetação nativa (Lei nº 12.651/2012): Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e supressão de vegetação; Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000). 7. Poluição hídrica, atmosférica, sonora e do solo; noções da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). 8. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): classificação e gerenciamento de resíduos, descarte irregular, coleta seletiva e logística reversa. 9. Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999); elaboração de relatórios técnicos de fiscalização.

Legislação de referência:

1. Constituição Federal de 1988, art. 225 (Meio Ambiente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
3. Lei Complementar nº 140/2011 – Competências ambientais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm
4. Lei Complementar Municipal nº 26/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES: https://leismunicipais.com.br/a/es/a/anchieta/lei-complementar/2012/3/26/lei-complementar-n-26-2012-institui-o-codigo-municipal-de-meio-ambiente-no-municipio-de-anchieta
5. Decreto nº 6.514/2008 – Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm
6. Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
7. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
8. Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
9. Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
10. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
11. Lei nº 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm
12. Lei nº 15.190/2025 – Lei Geral do Licenciamento Ambiental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15190.htm

6.2. TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Hardware: componentes de computadores e periféricos; instalação, configuração e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática. 2. Sistemas operacionais Windows e Linux: instalação, configuração, contas de usuário e permissões, gerenciamento de arquivos e pastas e comandos básicos. 3. Instalação e configuração de aplicativos: pacotes de escritório, navegadores e correio eletrônico. 4. Suporte técnico ao usuário: atendimento de primeiro e segundo nível; registro e acompanhamento de chamados. 5. Redes de computadores: conceitos e topologias; modelo TCP/IP e principais protocolos (IP, TCP, UDP, HTTP, HTTPS, DNS e DHCP); endereçamento IPv4; switches, roteadores e redes sem fio; cabeamento estruturado. 6. Backup e restauração de dados: tipos de backup (completo, incremental e diferencial) e procedimentos de restauração. 7. Segurança da informação: princípios básicos (confidencialidade, integridade e disponibilidade); vírus, ransomware, phishing e engenharia social; antivírus e firewall; senhas e autenticação; boas práticas de segurança digital para usuários. 8. Sistemas de informação e serviços digitais: noções de banco de dados e aplicações web; inventário de equipamentos e relatórios técnicos; governo digital e prestação digital de serviços públicos (Lei nº 14.129/2021). 9. Legislação aplicada à TI: crimes cibernéticos (Lei nº 12.737/2012); segurança no tratamento de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD, arts. 46 a 49).

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.737/2012 – Tipificação criminal de delitos informáticos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm
2. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
3. Lei nº 14.129/2021 – Governo Digital: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm

6.3. TÉCNICO EM AGRIMENSURA

1. Noções básicas de AutoCAD aplicadas a levantamentos topográficos. 2. Topografia: conceitos; instrumentos e métodos de medição; medida de distâncias e ângulos; orientação. 3. Posicionamento planimétrico e altimétrico; levantamentos planialtimétricos e cadastrais; planejamento e execução de levantamentos. 4. Cálculo de áreas e volumes; divisão de áreas. 5. Locação de obras e serviços de terraplenagem. 6. Cálculo de projeto geométrico: greide, cubagem e perfil; curvas circulares, de transição e verticais. 7. Geodésia básica: forma da Terra, superfícies de referência e Sistema Geodésico Brasileiro (SIRGAS 2000). 8. GNSS (GPS) topográfico e geodésico; georreferenciamento de imóveis rurais (Lei nº 10.267/2001 e Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA – 3ª edição). 9. Geoprocessamento, aerofotogrametria, sensoriamento remoto e imagens de satélite. 10. Cartografia básica: conceitos; representação da Terra no plano; sistemas de coordenadas; projeções cartográficas; projeção UTM; coleta direta e indireta de dados; cartografia temática; leitura de cartas e mapas. 11. Cadastro técnico multifinalitário e cadastro imobiliário urbano. 12. Parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979): loteamento, desmembramento e remembramento. 13. Normas técnicas: ABNT NBR 13.133 (execução de levantamento topográfico) e ABNT NBR 14.166 (rede de referência cadastral municipal).

Legislação e normas de referência:

1. Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
2. Lei nº 10.267/2001 – Georreferenciamento de Imóveis Rurais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10267.htm

6.4. TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

1. Solos: formação, propriedades e classificação; amostragem e interpretação de análise de solo; correção e adubação; conservação e manejo do solo. 2. Produção vegetal: implantação, tratos culturais e colheita das principais culturas de importância regional; olericultura e hortas comunitárias; fruticultura; irrigação. 3. Fitossanidade: principais pragas, doenças e plantas daninhas; manejo integrado; uso correto e seguro de agrotóxicos (Lei nº 14.785/2023). 4. Produção animal: bovinocultura de leite e de corte, avicultura, suinocultura e piscicultura; alimentação, reprodução e manejo dos rebanhos. 5. Sanidade animal: principais doenças de interesse sanitário; vacinação e controle sanitário; noções de defesa sanitária animal e vegetal. 6. Extensão rural e agricultura familiar: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/2010); agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006) e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF); noções de crédito rural e Pronaf; segurança alimentar. 7. Legislação ambiental aplicada à propriedade rural (Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal): Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 8.

Visitas técnicas, vistorias e levantamentos de campo; elaboração de relatórios técnicos. 9. Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 26/2012).

Legislação de referência:

1. Lei nº 11.326/2006 – Política Nacional da Agricultura Familiar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm
2. Lei nº 12.188/2010 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm
3. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
4. Lei nº 14.785/2023 – Agrotóxicos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14785.htm
5. Lei Complementar Municipal nº 26/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES: https://leismunicipais.com.br/a/es/a/anchieta/lei-complementar/2012/3/26/lei-complementar-n-26-2012-institui-o-codigo-municipal-de-meio-ambiente-no-municipio-de-anchieta

6.5. TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Fundamentos de segurança e saúde no trabalho: acidente do trabalho, doença ocupacional e incidente; Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); investigação e análise de acidentes; indicadores de acidentes (taxas de frequência e gravidade). 2. Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR (NR-01): identificação de perigos; avaliação e controle de riscos; inventário de riscos e plano de ação; fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. 3. Riscos ambientais: agentes físicos, químicos e biológicos; avaliação e controle das exposições ocupacionais (NR-09); riscos ergonômicos e de acidentes; mapa de riscos. 4. Atividades e operações insalubres (NR-15) e perigosas (NR-16): caracterização e laudos técnicos. 5. Equipamentos de Proteção Individual – EPI (NR-06) e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC: seleção, Certificado de Aprovação, uso, guarda, conservação e responsabilidades. 6. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07): exames ocupacionais e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). 7. Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT (NR-04) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA (NR-05); treinamentos, palestras e campanhas de prevenção (SIPAT). 8. Inspeções de segurança; ergonomia (NR-17); condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho (NR-24); sinalização de segurança (NR-26). 9. Prevenção e combate a incêndios (NR-23); noções de primeiros socorros. 10. Atividades de risco: segurança em instalações e serviços em eletricidade (NR-10); máquinas e equipamentos (NR-12); construção civil (NR-18); espaços confinados (NR-33); trabalho em altura (NR-35).

Legislação e normas de referência:

1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 154 a 201 (Da Segurança e da Medicina do Trabalho): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
2. Lei nº 8.213/1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social, arts. 19 a 23 (acidente do trabalho): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
3. Normas Regulamentadoras (NR) vigentes – Ministério do Trabalho e Emprego: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes

6.6. ANALISTA AMBIENTAL

1. Política e gestão ambiental: meio ambiente na Constituição Federal de 1988 (art. 225); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos de gestão e SISNAMA; atuação supletiva e subsidiária e instrumentos de cooperação entre os entes federados (Lei Complementar nº 140/2011); instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente (Lei Complementar Municipal nº 26/2012). 2. Licenciamento ambiental (Lei nº 15.190/2025 – Lei Geral do Licenciamento Ambiental): procedimento, modalidades e tipos de licença; definição e acompanhamento de condicionantes; análise de processos e elaboração de pareceres técnicos sobre viabilidade ambiental. 3. Avaliação de impactos ambientais: EIA/RIMA e demais estudos ambientais (Lei nº 15.190/2025 e Resolução CONAMA nº 01/1986); medidas mitigadoras e compensatórias. 4. Monitoramento ambiental: qualidade da água (Resolução CONAMA nº 357/2005) e do ar; indicadores ambientais. 5. Recursos hídricos, saneamento e resíduos: fundamentos e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); princípios do saneamento básico e conteúdo do Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007 e alterações); conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6. Áreas protegidas: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural (Lei nº 12.651/2012); categorias de unidades de conservação, plano de manejo e zona de amortecimento (Lei nº 9.985/2000). 7. Educação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais.

Legislação e normas de referência:

1. Constituição Federal de 1988, art. 225 (Meio Ambiente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
3. Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
4. Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
5. Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (com as alterações da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm
6. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
7. Lei Complementar nº 140/2011 – Competências ambientais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm
8. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
9. Lei Complementar Municipal nº 26/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES: https://leismunicipais.com.br/a/es/a/anchieta/lei-complementar/2012/3/26/lei-complementar-n-26-2012-institui-o-codigo-municipal-de-meio-ambiente-no-municipio-de-anchieta
10. Lei nº 15.190/2025 – Lei Geral do Licenciamento Ambiental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15190.htm

6.7. ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Engenharia e desenvolvimento de software: ciclo de vida de sistemas; metodologias ágeis (Scrum e Kanban); levantamento e análise de requisitos; modelagem com UML; programação orientada a objetos; APIs REST e integração de sistemas; testes de software. 2. Banco de dados: modelagem conceitual, lógica e física; modelo relacional e normalização; linguagem SQL; administração de bancos de dados (backup, desempenho e segurança). 3. Administração de infraestrutura de TI: servidores Windows e Linux; serviços de diretório; virtualização e computação em nuvem; alta disponibilidade e recuperação de desastres. 4. Gestão da segurança da informação: política de segurança da informação; gestão de riscos e continuidade de negócios; controle de acesso, criptografia e certificação digital; resposta a incidentes; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002. 5. Proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): princípios e bases legais; tratamento de dados pelo Poder Público; direitos do titular; segurança e comunicação de incidentes. 6. Governança e transformação digital: noções de COBIT e ITIL; gerenciamento de projetos; modelagem e automação de processos (BPM e BPMN); governo digital (Lei nº 14.129/2021). 7. Contratações de soluções de TI (Lei nº 14.133/2021): estudo técnico preliminar e termo de referência; gestão e fiscalização técnica de contratos. 8. Análise de dados: coleta, tratamento e qualidade de dados; ETL e business intelligence; visualização de dados e painéis gerenciais.

Legislação e normas de referência:

1. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
2. Lei nº 14.129/2021 – Governo Digital: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm
3. Lei nº 14.133/2021 – Licitações e Contratos Administrativos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

6.8. ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social; projeto ético-político do Serviço Social; questão social e suas expressões. 2. Exercício profissional: competências e atribuições privativas (Lei nº 8.662/1993); Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993 e alterações). 3. Direitos humanos, cidadania e direitos sociais. 4. Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993); Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004); Sistema Único de Assistência Social – SUAS: princípios, organização e níveis de proteção (NOB-SUAS – Resolução CNAS nº 33/2012). 5. Atuação do assistente social nas políticas de assistência social, saúde,

educação e habitação. 6. Trabalho social com indivíduos, famílias, grupos e comunidades. 7. Pesquisa social, indicadores sociais, vigilância socioassistencial e diagnóstico social. 8. Estudo social, visita domiciliar e elaboração de pareceres, laudos, relatórios e projetos sociais. 9. Planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. 10. Trabalho em rede e articulação intersetorial; controle social, participação popular e Conselhos de políticas públicas. 11. Proteção social a crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/1990), pessoas idosas (Lei nº 10.741/2003), pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015) e populações em situação de vulnerabilidade social.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 8.662/1993 (Profissão de Assistente Social): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm
2. Resolução CFESS nº 273/1993 (Código de Ética do/a Assistente Social): https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
3. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
4. Resolução CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS): https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
5. Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB-SUAS): https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf
6. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
7. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
8. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

6.9. AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

1. Controle da Administração Pública: controle interno, externo e social (Constituição Federal de 1988, arts. 31 e 70 a 75); Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 621/2012); Controladoria Geral e Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de Anchieta/ES (Lei Municipal nº 1.524/2022). 2. Controles internos e gestão de riscos: modelo das três linhas; estrutura COSO; identificação, avaliação e tratamento de riscos; segregação de funções. 3. Auditoria governamental: Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP); auditoria de conformidade e operacional; planejamento; materialidade, relevância e risco; evidências e papéis de trabalho; achados, relatórios, recomendações e monitoramento. 4. Orçamento e contabilidade pública: PPA, LDO e LOA; receita e despesa pública e seus estágios; restos a pagar; créditos adicionais (Lei nº 4.320/1964); noções de contabilidade aplicada ao setor público e controle patrimonial. 5. Gestão fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): receita corrente líquida; despesa com pessoal e seus limites; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal; transparência da gestão fiscal. 6. Contratações públicas e parcerias: planejamento da contratação; contratação direta; gestão e fiscalização de contratos; alterações contratuais (Lei nº 14.133/2021); parcerias com organizações da sociedade civil e prestação de contas (Lei nº 13.019/2014). 7. Integridade e responsabilização de pessoas jurídicas: programas de integridade; Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). 8. Tomada de contas especial e apuração de dano ao erário.

Legislação e normas de referência:

1. Constituição Federal de 1988, arts. 31 e 70 a 75 (Fiscalização contábil, financeira e orçamentária): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 4.320/1964 – Normas Gerais de Direito Financeiro: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
3. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
4. Lei Complementar Estadual nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCE-ES: https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/2016/11/LC621_2012-Atualizada-1.pdf
5. Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
6. Lei nº 13.019/2014 – Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm
7. Lei nº 14.133/2021 – Licitações e Contratos Administrativos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
8. Lei Municipal nº 1.524/2022 – Controladoria Geral do Poder Executivo de Anchieta/ES: https://anchieta.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L15242022.pdf

6.10. BIBLIOTECÁRIO

1. Fundamentos da Biblioteconomia: as cinco leis de Ranganathan; tipos de bibliotecas (pública, escolar e comunitária) e suas funções; Manifestos IFLA/UNESCO sobre a biblioteca pública e a biblioteca escolar. 2. Formação e desenvolvimento de coleções: política de desenvolvimento de coleções; seleção, aquisição, doação, desbastamento e descarte. 3. Representação descritiva e temática da informação: catalogação (AACR2 e RDA); formato MARC 21; classificação (CDD e CDU); tabela de Cutter; indexação e cabeçalhos de assunto. 4. Serviços de referência e informação: atendimento e estudo de usuários; competência em informação; normalização de trabalhos (ABNT NBR 6023 – referências). 5. Automação, acervos digitais e preservação: sistemas de gerenciamento de bibliotecas; catálogos online e repositórios digitais; digitalização, preservação e conservação de acervos bibliográficos, históricos e documentais. 6. Leitura e ação cultural: mediação e promoção da leitura; projetos de formação de leitores; parcerias com escolas, instituições culturais e comunidade; Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003); Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696/2018); universalização das bibliotecas escolares (Lei nº 12.244/2010 e alterações). 7. Gestão de bibliotecas e exercício profissional: planejamento, marketing e avaliação de serviços; coordenação de equipes; estatísticas e indicadores de uso do acervo e dos serviços; acessibilidade em bibliotecas; direitos autorais (Lei nº 9.610/1998); regulamentação da profissão (Lei nº 4.084/1962 e Lei nº 9.674/1998); ética profissional.

Legislação e normas de referência:

1. Lei nº 4.084/1962 – Profissão de Bibliotecário: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm
2. Lei nº 9.610/1998 – Direitos Autorais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm
3. Lei nº 9.674/1998 – Exercício da Profissão de Bibliotecário: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm
4. Lei nº 10.753/2003 – Política Nacional do Livro: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm
5. Lei nº 12.244/2010 – Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm
6. Lei nº 13.696/2018 – Política Nacional de Leitura e Escrita: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm

6.11. BIÓLOGO

1. Exercício profissional do Biólogo (Lei nº 6.684/1979); Código de Ética do Profissional Biólogo (Resolução CFBio nº 2/2002). 2. Ecologia: ecossistemas, populações e comunidades, ciclos biogeoquímicos, biodiversidade e conservação. 3. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos, licenciamento e avaliação de impacto ambiental. 4. Crimes e infrações ambientais (Lei nº 9.605/1998); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). 5. Qualidade da água e saneamento: indicadores biológicos, físico-químicos e microbiológicos, padrões de potabilidade, monitoramento e poluição ambiental. 6. Microbiologia e parasitologia: bactérias, vírus, fungos, protozoários e helmintos de importância para a saúde; técnicas laboratoriais. 7. Entomologia e controle de vetores e reservatórios: biologia e controle de mosquitos, flebotomíneos, triatomíneos, roedores e animais peçonhentos; manejo integrado e uso seguro de inseticidas. 8. Zoonoses e doenças relacionadas ao ambiente: ciclos de transmissão, fatores ambientais e medidas de prevenção e controle. 9. Biossegurança: níveis de biossegurança, equipamentos de proteção, manipulação e descarte de material biológico. 10. Pesquisa e levantamentos em Biologia: planejamento, amostragem, coleta e análise de dados, bioestatística, georreferenciamento, elaboração de relatórios, laudos e pareceres técnicos. 11. Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 26/2012).

Links das normas citadas:

1. Lei nº 6.684/1979 (Profissão de Biólogo): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6684.htm
2. Resolução CFBio nº 2/2002 (Código de Ética do Profissional Biólogo): https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98966
3. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
4. Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
5. Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
6. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

7. Lei Complementar Municipal nº 26/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Anchieta/ES: https://leismunicipais.com.br/a/es/a/anchieta/lei-complementar/2012/3/26/lei-complementar-n-26-2012-institui-o-codigo-municipal-de-meio-ambiente-no-municipio-de-anchieta

6.12. CONTADOR

1. Contabilidade geral: princípios e estrutura conceitual; patrimônio e variações patrimoniais; escrituração contábil; demonstrações contábeis; análise e conciliação de contas. 2. Contabilidade aplicada ao setor público: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); subsistemas de informação orçamentária, patrimonial e de controle; regime orçamentário e regime de competência. 3. Patrimônio público: reconhecimento, mensuração e avaliação de ativos e passivos; depreciação, amortização e exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável; controle patrimonial de bens móveis e imóveis. 4. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas; balancetes; consolidação das contas. 5. Orçamento público: princípios orçamentários; Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (Constituição Federal, arts. 165 a 169); receita e despesa pública, classificações e estágios; créditos adicionais; restos a pagar e despesas de exercícios anteriores; dívida ativa (Lei nº 4.320/1964). 6. Responsabilidade fiscal: limites de despesa com pessoal e de endividamento; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal; transparência e prestação de contas (Lei Complementar nº 101/2000). 7. Controle e fiscalização: controle interno e externo; fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e prestação de contas pelo Sistema AUDESP; elaboração de relatórios e pareceres técnicos. 8. Exercício profissional: regulamentação da profissão contábil (Decreto-Lei nº 9.295/1946); ética profissional do contador.

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 163 a 169: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
3. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
4. Decreto-Lei nº 9.295/1946 (Profissão Contábil e Conselho Federal de Contabilidade): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm
5. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP (Conselho Federal de Contabilidade): https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/
6. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Secretaria do Tesouro Nacional): https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp

6.13. ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL

1. Estruturas: resistência dos materiais; análise estrutural; dimensionamento de estruturas de concreto armado, aço e madeira; fundações e contenções; mecânica dos solos, conforme normas técnicas da ABNT. 2. Construção civil: materiais de construção e controle tecnológico; técnicas construtivas; instalações prediais hidrossanitárias e elétricas; patologias, recuperação e manutenção das edificações. 3. Infraestrutura urbana e saneamento: abastecimento de água e esgotamento sanitário; drenagem urbana; pavimentação; projetos de infraestrutura de loteamentos e urbanização de assentamentos precários; parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979). 4. Orçamento e planejamento de obras: especificações técnicas e memoriais descritivos; levantamento de quantitativos e composição de custos; SINAPI e BDI (Decreto nº 7.983/2013); cronograma físico-financeiro; controle de execução e relatórios de acompanhamento. 5. Contratação e fiscalização de obras públicas: projeto básico e executivo; licitação e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia (Lei nº 14.133/2021); preparação de documentação técnica para captação de recursos. 6. Avaliações e perícias: vistorias e laudos técnicos; avaliação de imóveis para aquisição e desapropriação, conforme normas técnicas da ABNT. 7. Áreas de risco: avaliação de riscos de inundação, deslizamento e colapso de edificações; proteção e defesa civil (Lei nº 12.608/2012). 8. Legislação urbanística municipal: Plano Diretor do Município de Anchieta (Lei Complementar Municipal nº 123/2023 e alterações); Código de Obras e Edificações do Município de Anchieta (Lei Complementar Municipal nº 22/2010 e alterações);

análise de projetos e emissão de pareceres. 9. Exercício profissional: regulamentação da profissão e Anotação de Responsabilidade Técnica (Lei nº 5.194/1966); ética profissional.

Legislação de referência:

1. Lei nº 5.194/1966 (Exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm
2. Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
3. Lei nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
4. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
5. Decreto nº 7.983/2013 (Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia com Recursos da União): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm
6. Lei Complementar Municipal nº 123/2023 (Plano Diretor do Município de Anchieta): https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C1232023.html
7. Lei Complementar Municipal nº 22/2010 (Código de Obras e Edificações do Município de Anchieta): https://leismunicipais.com.br/a/es/a/anchieta/lei-complementar/2010/2/22/lei-complementar-n-22-2010-dispoe-sobre-o-novo-codigo-de-obras-do-municipio-de-anchieta

6.14. ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Gerenciamento de riscos ocupacionais (NR-01): Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); inventário de riscos e plano de ação; fatores de riscos psicossociais; técnicas de análise de riscos (APR e análise de árvore de falhas). 2. Higiene ocupacional e laudos técnicos: agentes físicos, químicos e biológicos; avaliação quantitativa e limites de tolerância (NR-09 e NR-15); Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da Fundacentro; laudos de insalubridade (NR-15) e periculosidade (NR-16); perícia técnica (CLT, art. 195). 3. Acidentes do trabalho: conceitos e Comunicação de Acidente de Trabalho (Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23); investigação e análise de acidentes (método de árvore de causas); medidas corretivas e preventivas; taxas de frequência e gravidade. 4. Gestão de segurança e saúde no trabalho: políticas e programas de SST; SESMT (NR-04); CIPA (NR-05); Equipamentos de Proteção Individual (NR-06); integração com o PCMSO (NR-07). 5. Segurança em obras e atividades de risco: eletricidade (NR-10); máquinas e equipamentos (NR-12); construção civil (NR-18); trabalho em altura (NR-35). 6. Ergonomia (NR-17); proteção contra incêndios (NR-23). 7. Exercício profissional: especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (Lei nº 7.410/1985); Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (Lei nº 6.496/1977); ética profissional.

Legislação e normas de referência:

1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 154 a 201: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
2. Lei nº 6.496/1977 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6496.htm
3. Lei nº 7.410/1985 – Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7410.htm
4. Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23 (acidente do trabalho): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
5. Normas Regulamentadoras (NR) vigentes – Ministério do Trabalho e Emprego: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes

6.15. FISIOTERAPEUTA

1. Exercício profissional da Fisioterapia (Decreto-Lei nº 938/1969); Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (Resolução COFFITO nº 424/2013). 2. Anatomia, fisiologia, cinesiologia e biomecânica aplicadas à Fisioterapia. 3. Avaliação fisioterapêutica: anamnese, exame físico, testes e escalas funcionais, diagnóstico cinesiológico funcional, plano de tratamento e registro em prontuário. 4. Recursos terapêuticos: cinesioterapia, mecanoterapia, eletrotermofototerapia, hidroterapia e terapias manuais; indicações e contraindicações. 5. Fisioterapia traumato-ortopédica e reumatológica: fraturas, lesões musculoesqueléticas, pós-operatórios, dor crônica e doenças reumáticas. 6. Fisioterapia neurofuncional: acidente vascular cerebral, traumatismos raquimedulares e cranioencefálicos, doenças neurodegenerativas e paralisia cerebral. 7. Fisioterapia cardiorrespiratória: doenças pulmonares e cardiovasculares, reabilitação cardiopulmonar, técnicas

de higiene brônquica e reexpansão pulmonar, oxigenoterapia e noções de ventilação mecânica. 8. Fisioterapia na saúde da criança, da mulher e da pessoa idosa: desenvolvimento neuropsicomotor, saúde pélvica, gestação e puerpério, quedas e funcionalidade no envelhecimento. 9. Fisioterapia preventiva e do trabalho: ergonomia, prevenção de lesões e educação em saúde; órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. 10. Atuação em equipe multiprofissional e assistência domiciliar.

Links das normas citadas:

1. Decreto-Lei nº 938/1969 (Profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0938.htm
2. Resolução COFFITO nº 424/2013 (Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia): https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3187

6.16. FONOAUDIÓLOGO

1. Exercício profissional da Fonoaudiologia: competências do fonoaudiólogo (Lei nº 6.965/1981); Código de Ética da Fonoaudiologia (Resolução CFFa nº 640/2021). 2. Anatomia e fisiologia dos sistemas auditivo, vestibular, estomatognático e da produção da fala e da voz. 3. Desenvolvimento normal da audição, da linguagem oral e escrita e da fala. 4. Audiologia: avaliação audiológica (audiometria tonal e vocal, imitanciometria e emissões otoacústicas), triagem auditiva neonatal (Lei nº 12.303/2010), perdas auditivas, seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora e reabilitação auditiva. 5. Linguagem: avaliação, diagnóstico e terapia dos distúrbios de linguagem oral e escrita na criança e no adulto, incluindo atraso de linguagem, transtorno do espectro autista, dislexia e afasias. 6. Fala e fluência: avaliação e terapia dos transtornos fonológicos, apraxias, disartrias e gagueira; treinamento fonético e de dicção. 7. Voz: avaliação perceptivo-auditiva e acústica, disfonias, saúde vocal, técnicas de reabilitação e de aperfeiçoamento vocal (empostação e voz profissional). 8. Motricidade orofacial e disfagia: avaliação e reabilitação das funções de sucção, mastigação, deglutição, respiração e fala; aleitamento materno. 9. Fonoaudiologia educacional e na saúde coletiva: promoção da saúde da comunicação, ações em escolas e prevenção de distúrbios da comunicação.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 6.965/1981 (Profissão de Fonoaudiólogo): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6965.htm
2. Resolução CFFa nº 640/2021 (Código de Ética da Fonoaudiologia): https://www.fonoaudiologia.org.br/Codigo_de_Etica/2021/12/codigo-de-etica-fonoaudiologia-2021.pdf
3. Lei nº 12.303/2010 (Triagem auditiva neonatal obrigatória): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12303.htm

6.17. MÉDICO VETERINÁRIO

1. Exercício profissional da Medicina Veterinária (Lei nº 5.517/1968); Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016). 2. Clínica médica e cirúrgica de cães e gatos: semiologia, diagnóstico, terapêutica, anestesiologia e procedimentos cirúrgicos; castração e controle populacional (Lei nº 13.426/2017). 3. Doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos: etiologia, diagnóstico, tratamento, prevenção e vacinação. 4. Zoonoses: raiva, leptospirose, leishmanioses, esporotricose, toxoplasmose, brucelose, tuberculose e outras; ciclos de transmissão, prevenção e controle; conceito de Saúde Única. 5. Controle de populações animais, de vetores e de reservatórios; manejo de animais sinantrópicos e peçonhentos. 6. Bem-estar animal e guarda responsável; maus-tratos e crimes contra a fauna (Lei nº 9.605/1998). 7. Diagnóstico laboratorial veterinário: coleta, conservação e envio de amostras; interpretação de exames. 8. Farmacologia e terapêutica veterinária; uso racional de antimicrobianos. 9. Noções de inspeção e tecnologia de produtos de origem animal e de doenças transmitidas por alimentos. 10. Epidemiologia veterinária e planejamento em saúde animal: estudos, levantamentos, indicadores e elaboração, execução e avaliação de programas de prevenção, promoção e recuperação da saúde dos animais.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 5.517/1968 (Profissão de Médico-Veterinário): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5517compilada.htm
2. Resolução CFMV nº 1.138/2016 (Código de Ética do Médico Veterinário): https://manual.cfmv.gov.br/arquivos/resolucao/1138.pdf
3. Lei nº 13.426/2017 (Controle de natalidade de cães e gatos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13426.htm

4. Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais – maus-tratos a animais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

6.18. NUTRICIONISTA

1. Exercício profissional do nutricionista: atividades privativas e áreas de atuação (Lei nº 8.234/1991). 2. Segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei nº 11.346/2006); Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Guia Alimentar para a População Brasileira. 3. Nutrição básica: macronutrientes e micronutrientes, digestão, absorção e metabolismo; recomendações nutricionais. 4. Avaliação nutricional de indivíduos e coletividades: métodos antropométricos, dietéticos, bioquímicos e clínicos; vigilância alimentar e nutricional e indicadores do estado nutricional. 5. Nutrição nos ciclos de vida: gestação, lactação, aleitamento materno e alimentação complementar, infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento. 6. Nutrição clínica e dietoterapia: obesidade, desnutrição, diabetes, hipertensão, dislipidemias, doenças renais, hepáticas e gastrointestinais, alergias e intolerâncias alimentares; terapia nutricional enteral. 7. Alimentação escolar: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009), planejamento de cardápios, aquisição de gêneros da agricultura familiar e controle social. 8. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: planejamento, compras, armazenamento, preparo e distribuição; boas práticas e controle higiênico-sanitário dos alimentos (RDC Anvisa nº 216/2004); doenças transmitidas por alimentos. 9. Educação alimentar e nutricional e planejamento de programas de alimentação e nutrição: estudos, levantamentos, diagnóstico, execução e avaliação de ações no município.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 8.234/1991 (Profissão de Nutricionista): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8234.htm
2. Lei nº 11.346/2006 (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm
3. Lei nº 11.947/2009 (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
4. RDC Anvisa nº 216/2004 (Boas Práticas para Serviços de Alimentação): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000216&seqAto=000&valorAno=2004&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

6.19. TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Exercício profissional da Terapia Ocupacional (Decreto-Lei nº 938/1969); Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional (Resolução COFFITO nº 425/2013). 2. Fundamentos da Terapia Ocupacional: modelos e abordagens, atividade humana como recurso terapêutico, análise de atividades e desempenho ocupacional. 3. Avaliação terapêutica ocupacional: instrumentos de avaliação, raciocínio clínico, plano terapêutico e registro em prontuário. 4. Terapia Ocupacional nas disfunções físicas: neurológicas, ortopédicas e reumatológicas; reabilitação das atividades de vida diária e instrumentais. 5. Tecnologia assistiva: órteses, adaptações, adequação postural, mobilidade, comunicação alternativa e adaptação ambiental. 6. Terapia Ocupacional em saúde mental: transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas, atuação em serviços de atenção psicossocial e reinserção social (Lei nº 10.216/2001). 7. Terapia Ocupacional na infância e adolescência: desenvolvimento neuropsicomotor, atrasos do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, integração sensorial e inclusão escolar. 8. Terapia Ocupacional na saúde da pessoa idosa: envelhecimento, demências, prevenção de quedas e funcionalidade. 9. Inclusão e participação social da pessoa com deficiência: acessibilidade, trabalho, lazer e direitos (Lei nº 13.146/2015); atuação em contextos sociais e em equipe multiprofissional.

Links das normas citadas:

1. Decreto-Lei nº 938/1969 (Profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0938.htm
2. Resolução COFFITO nº 425/2013 (Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional): https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188
3. Lei nº 10.216/2001 (Direitos das pessoas com transtornos mentais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
4. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm